

Brasil “choca” com proposta na ONU sobre direitos da mulher

(UOL | 14/03/2021 | Por Jamil Chade)

O governo da França se declarou “chocado” com a postura defendida pela aliança liderada pelo Brasil para impedir o acesso de mulheres à saúde sexual e reprodutiva. Num discurso nesta semana no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a diplomacia francesa atacou abertamente o bloco no qual a ministra Damares Alves (Direitos Humanos, Mulher e Família) tem um papel predominante.

O discurso ocorreu na terça-feira, um dia depois da data que marca o dia internacional da mulher. Naquele momento, o Brasil se recusou a aderir a uma declaração conjunta realizada por mais de 60 países para defender o direito de meninas e mulheres, inclusive no que se refere ao acesso a direitos reprodutivos e sexuais.

Desde o final do governo de Donald Trump, o Brasil assumiu de uma maneira informal a liderança de uma coalizão de países ultraconservadores que tentam minar qualquer brecha para que a ONU amplie direitos e proteções às mulheres.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

‘A violência contra a mulher é uma pandemia tão devastadora

quanto o coronavírus', diz diretora da ONU Mulheres

Em entrevista, a sul-africana Phumzile Mlambo-Ngcuka afirma que fazer com que as mulheres ocupem mais cargos de liderança é uma prioridade e incentivar participação dos homens é fundamental para avançar em direção à igualdade

[\(O Globo/Celina | 16/02/2021 | Por Alejandra Agudo, do El País\)](#)

Phumzile Mlambo-Ngcuka, 65 anos, é a diretora global da [ONU Mulheres](#) desde que Ban Ki-moon, o então secretário das Nações Unidas, a indicou para o cargo em 2013. Nessa época, ela já tinha uma [vasta experiência em quebrar tetos de vidro](#). Licenciada em Educação pela Universidade do Lesoto (1980), foi eleita Deputada ao Parlamento da África do Sul em 1994. Pouco mais de uma década depois, em 2005, foi a primeira mulher a ser vice-presidente do seu país até 2008, ano no qual ela criou uma fundação para apoiar escolas em áreas desfavorecidas na África do Sul e Malawi.

Este [2021 ela enfrenta outro desafio](#): liderar o fórum “Geração Igualdade”, que marcaria os 25 anos da Conferência de Pequim, realizada em 1995, e não pôde ser realizado no ano passado devido à pandemia e segue indefinido. E ela terá que fazê-lo em meio a uma crise econômica e de saúde que negligenciou qualquer outra agenda, principalmente a feminista. Os [direitos das mulheres ficaram para trás](#) em relação à política quando, segundo a ONU, elas correm sério perigo. Mas Mlambo-Ngcuka não parece ser do tipo que se cansa ou desiste. Nesta entrevista, conduzida por videoconferência, ela pacientemente suporta interrupções e se junta à conversa repetidamente até que termina com uma mensagem: “Quero convidar as pessoas a participarem do Dia Internacional da Mulher, com foco em sua liderança nestes tempos de crise.”

Por que o progresso em direção à igualdade de gênero é tão lento?

Phumzile Mlambo-Ngcuka: O avanço sofreu a resistência que existe no mundo contra os direitos das mulheres e, em certa medida, contra os direitos em geral. Os movimentos populistas não são partidários dos direitos das mulheres e temos visto um aumento de líderes que afirmam, por exemplo, que os direitos reprodutivos e à saúde da mulher devem ser combatidos. Quando os governos enfrentam dificuldades financeiras, também tendem a reduzir os serviços sociais, importantes para a qualidade de vida das mulheres, como os relacionados à creche, essenciais para que elas tenham a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Um dos desafios mais significativos é, por outro lado, a redução do espaço para a atuação democrática da sociedade civil. Os direitos das mulheres progredem mais rapidamente nos países onde existe maior liberdade de atividade para a sociedade civil, portanto, os cortes nesse sentido também têm impacto.

O progresso é lento e agora a pandemia vai reverter alguns avanços já conquistados.

Nenhuma pandemia é neutra em termos de gênero. E esta tampouco. As mulheres experimentaram o impacto de forma desproporcional. Por exemplo, na economia, dois terços dos empregos perdidos eram das mulheres. Isso porque elas atuam nos setores mais afetados pela pandemia, como a hotelaria. Em muitos casos, elas nem mesmo têm um contrato legal e são maioria no setor informal. Portanto, não puderam se beneficiar dos mecanismos de ajuda que os governos criaram.

E temos, é claro, o problema da [violência contra as mulheres](#), que aumentou principalmente durante o confinamento. Muitos governos tomaram medidas para lidar com isso e queremos que elas continuem após a pandemia, para que nem mesmo voltemos aos níveis anteriores de violência. Devemos fazer mais para erradicá-la. Estamos particularmente preocupadas com as mulheres jovens, com o número de adolescentes que engravidaram durante o confinamento, as que não vão voltar à escola, o aumento do tráfico de meninas. Todos esses são desafios que mulheres e meninas enfrentam devido

à Covid-19. A isso se soma a escassa representação e liderança feminina nas decisões que têm a ver com a pandemia, não só no setor saúde, mas em todos os aspectos.

A maioria dos líderes se diz a favor da igualdade de gênero, mas as políticas não a acompanham. Você acha que ficamos na retórica quando se trata dos direitos das mulheres?

Sim. É um campo muito irregular. Alguns países estão fazendo progresso e outros não estão fazendo nenhum progresso. Há alguns que até voltam um pouco, retrocedem. E o ritmo é lento. Vou dar um exemplo: quando as Nações Unidas foram formadas, não havia mulheres chefes de Estado. Na Conferência de Pequim, em 1995, eram 12. Em 2020, no 25º aniversário desse evento, eram 22. Podemos dizer que é um progresso. Mas lento, muito lento. Nesse ritmo, teremos de esperar além de 2050 para alcançar a paridade nos chefes de Estado. Na reunião de Pequim, havia 10% de mulheres parlamentares. Em 2020, a média mundial é de 23%. É um progresso, mas a passo de tartaruga. Devemos enfatizar a necessidade de acelerar e garantir que o progresso não seja facilmente reversível.

Você sublinha a importância da liderança feminina, nesse sentido, ajuda ter exemplos como Kamala Harris?

Na verdade, qualquer exemplo ajuda. Mas como os Estados Unidos são muito influentes e o que acontece lá, para o bem e para o mal, é visível para todos, [é bom ter uma Kamala Harris](#). Também será particularmente positivo se Harris representar a agenda feminista. Suas declarações sobre querer ser um modelo e inspirar as meninas e não ser a última a ocupar esta posição enviam uma excelente mensagem que desafia outros países. O exemplo da Estônia também é muito bom. Tanto a presidente quanto a primeira-ministra

são mulheres. Conte essa história em seu artigo para que as pessoas vejam que é possível. Sempre tivemos países onde os homens ocupam a primeira e a segunda posição. Pela primeira vez, temos mulheres e o céu não caiu.

Você acha que no fórum de ‘Geração Igualdade’ se dará o salto das palavras para a ação?

Para fazer parte do fórum é necessário apresentar o que o país se compromete a fazer, tanto do ponto de vista econômico como político. A julgar pelos países que se inscreveram e o que eles estão lançando, estou muito otimista, mas cautelosa. Uma das coisas que aprendemos em Pequim foi que adotamos uma declaração, mas não elaboramos um plano de ação, nem identificamos o dinheiro para implementá-lo. Não tínhamos medidas que responsabilizassem os países. O que estamos fazendo agora por meio do ‘Geração Igualdade’ é colocar em prática um plano de ação. Eu estava preocupada em perder o ímpeto da pandemia, mas não perdemos um único país, setor privado ou participante da sociedade civil. É complexo porque colocamos a sociedade civil e os Estados-membros na mesma mesa como parceiros iguais. E nas Nações Unidas isso geralmente não acontece. Mas queríamos ter certeza de que há pessoas envolvidas que exigirão responsabilidade. É a nossa maneira de nos proteger da falta de responsabilidade e implementação. A maioria aceitou, embora haja alguns países que não querem participar porque não concordam com esses termos.

Na ONU Mulheres, somos fortes defensores do feminismo masculino. E os homens devem saber que ao ingressar no movimento feminista liderado por mulheres, não apenas nos apóiam, mas também fazem algo por si mesmos, se libertam para serem pessoas melhores.

PHUMZILE MLAMBO-NGCUKA diretora-geral da ONU Mulheres

Você acha que a quarta onda feminista está perdendo força?

Eu não diria que estamos perdendo a força. Mas a realidade é que temos um novo tipo de feminismo. As mais novas, que agora estão na vanguarda da expansão feminista, têm uma visão diferente, são mais interseccionais do que as gerações anteriores. São feministas e ambientalistas, são feministas e ativistas contra a desigualdade racial, são feministas e lutam contra a homofobia. Tudo ao mesmo tempo. E elas incluem homens. Elas acolhem feministas masculinos com mais facilidade do que as feministas da minha geração. Enfrentamos tantos problemas com os homens que foi difícil trabalhar com eles. Mas as jovens acham mais fácil trabalhar juntos e lutar contra todos esses males na sociedade.

Os exemplos são importantes, mas a ONU não teve uma secretária-geral em 76 anos de história. Como o corpo está se movendo em direção à paridade?

O progresso também é lento na família das Nações Unidas. O Secretário-Geral atuou nas áreas em que pode fazer mudanças. Portanto, no nível executivo, alcançamos paridade e diversidade racial. Mas abaixo disso, nas entidades da ONU em que os Estados-Membros decidem, não há progresso. Vemos isso na eleição do Secretário-Geral: se os países não apostarem mais forte para que haja uma mulher no topo da ONU, não teremos. Precisamos de cidadãos para exigir a nomeação de mulheres.

Que mudança ou progresso você gostaria de ver em 2021?

Primeiro, mais liderança feminina. Não custa dinheiro, ninguém pode me dizer que, por causa da pandemia, você não pode apoiar a liderança feminina. O fato de termos uma crise financeira não impede isso. É apenas uma questão de vontade política. Em segundo lugar, violência de gênero. Vimos a arquitetura da luta contra uma pandemia, o que é preciso: você

coloca seus operários da linha de frente para lutar 24 horas por dia, toma medidas importantes, como fechar fronteiras, que não é uma decisão fácil, e deixa os aviões no solo sem ir a lugar nenhum. A violência de gênero é uma pandemia que acontece às sombras, tão devastadora quanto o coronavírus, e é por isso que é preciso de funcionários de linha de frente com uma estrutura legal adequada para acabar com ela. Terceiro, gostaria de ver o progresso da justiça econômica. Os governos estão tomando várias decisões para reativar a economia. Muito dinheiro está sendo fornecido e esse dinheiro também deve beneficiar as mulheres.

Somente com mais mulheres líderes e leis já sabemos que práticas prejudiciais para meninas e mulheres, como a mutilação genital feminina ou o casamento infantil, não são erradicadas. Como podemos trabalhar contra as tradições, normas sociais e religiosas que as sustentam?

Temos nos empenhado em colaborar com líderes tradicionais e religiosos. E com homens. Essas são as três frentes para mudar as normas e práticas culturais que são prejudiciais às mulheres. Formamos na África uma organização pan-africana de líderes tradicionais, uma organização muito forte que continua a lutar, por exemplo, fornecendo regulamentos nas áreas onde têm jurisdição para proibir o casamento infantil, a [mutilação genital feminina](#) e o combate à violência contra as mulheres, bem como evitar que os pais tirem suas filhas da escola. Eles estão encontrando famílias que não atendem a esses padrões, anulando o casamento de meninas e mandando-as de volta à escola, até mesmo pagando suas taxas. Estamos avaliando se podemos replicar este modelo em tantos lugares quanto possível, onde haja autoridade tradicional e religiosa. Descobrimos que os países mais resistentes à lei e mais lentos são aqueles com forte autoridade tradicional e forte influência religiosa, por isso precisamos trabalhar com esses líderes. E, claro, em ambos, o fator comum são os homens.

Mas mesmo quando não há uma forte influência religiosa e tradicional na sociedade, os homens ainda têm um papel dominante na formação da cultura e nas decisões que as mulheres podem tomar. Por isso, nossa campanha “Eles por Elas” (#HeforShe), que desafia os homens, está se intensificando e colaborando com outros projetos de natureza semelhante. Na ONU Mulheres, somos fortes defensores do feminismo masculino. E os homens devem saber que ao ingressar no movimento feminista liderado por mulheres, não apenas nos apóiam, mas também fazem algo por si mesmos, se libertam para serem pessoas melhores.

Violência contra as mulheres é ‘pandemia que acontece nas sombras’, diz Nicole Kidman

A atriz vencedora do Oscar, que é embaixadora da boa vontade das mulheres da ONU, disse que seu papel na série de televisão ‘Big Little Lies’ fortaleceu sua posição sobre a violência contra as mulheres

[\(Celina/O Globo via Reuters | 22/12/2020\)](#)

A atriz Nicole Kidman disse na terça-feira (22) que todos têm um papel a desempenhar para o fim da [violência contra mulheres](#) e meninas, que cresceu em confinamentos durante a pandemia do coronavírus.

A atriz vencedora do Oscar, que é embaixadora da boa vontade das mulheres da ONU, disse que seu papel na série de televisão “Big Little Lies” fortaleceu sua posição sobre a violência contra as mulheres, chamando os picos de abusos e agressões a mulheres durante os bloqueios impostos pelo coronavírus de “pandemia que acontece nas sombras”.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Pesquisa TODXS aponta que representatividade na propaganda está longe da ideal

ONU Mulheres e Heads apresentam TODXS, estudo que analisa o papel da publicidade na disseminação de preconceitos.

[\(Portal Catarinas | 08/12/2020\)](#)

O cenário de polarização e a legitimação de discursos que diminuem, desvalorizam e esvaziam pautas identitárias, de raça e de gênero se refletem na publicidade. É o que mostra a 9ª onda da pesquisa TODXS, um estudo desenvolvido pela ONU Mulheres e pela Heads Propaganda, viabilizado pela Aliança Sem Estereótipos, movimento que visa conscientizar anunciantes, agências e a indústria da propaganda em geral sobre a importância de eliminar os estereótipos nas campanhas publicitárias.

Desde a primeira edição do estudo em 2015 até agora, já foram avaliadas 22.253 inserções de comerciais de televisão e 5.769 posts no Facebook. Se havia um movimento para que essa comunicação das marcas pudesse desconstruir imagens e padrões que estimulam violências físicas, simbólicas ou morais, o momento atual é de retrocesso e estagnação.

O levantamento tradicionalmente mapeia como gênero e raça são representados pela publicidade brasileira e este ano traz dados inéditos sobre a representação de novos públicos - os LGBTQIA+, PCD (pessoas com deficiência) e maduro 60+. Em cada onda - são lançadas duas por ano - o estudo coleta comerciais de TV durante sete dias corridos nos canais de televisão aberta e fechada de maior audiência,

- *Globo* e *Megapix* respectivamente. A partir das marcas observadas são coletadas publicações de Facebook no mesmo período. Os comerciais e posts analisados na 9ª onda foram extraídos entre 15 e 21 de fevereiro deste ano.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Relatório da ONU alerta para persistentes violações de direitos de meninas e mulheres em todo o mundo

Astrid Bant, representante do Fundo de População das Nações Unidas, afirma que práticas como mutilação genital e casamento infantil têm números expressivos e que podem piorar com a pandemia de Covid-19. Situação do Brasil é preocupante

[\(O GLOBO | 30/06/2020 | Por Renata Izaal\)](#)

Além de provocar uma emergência sanitária e econômica gigantesca, a pandemia do novo coronavírus coloca o mundo diante da situação de extrema vulnerabilidade em que vivem milhões de meninas e mulheres. Os números já nos mostram que a [violência doméstica](#) e o abuso infantil cresceram durante a quarentena em muitos países, mas há outras violações de direitos que ainda não foram contabilizadas e que certamente serão agravadas pela Covid-19 - e é sobre elas que o relatório “Situação da População Mundial”, que o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês), divulga hoje, se debruça.

[**Acesse o artigo completo no site de origem.**](#)

‘Não há desculpa. E deve haver tolerância zero’, diz vice da ONU sobre violência de gênero

[\(ONU | 22/06/2020\)](#)

Em meio ao aumento da violência contra mulheres e meninas em todo o mundo - incluindo o estupro -, a vice-secretária-geral das Nações Unidas, Amina J. Mohammed, [enviou uma forte mensagem](#) nessa segunda-feira (22) alertando para o frequente hábito de culpar as vítimas da violência de gênero. Na mensagem em vídeo, Amina pediu que os homens e meninos se tornem aliados no enfrentamento desse tipo de violência.

“Muitos incidentes provocaram indignação generalizada. No entanto, alguns continuam tentando jogar o mesmo jogo de sempre: o jogo da culpa. Culpam a pandemia de Covid-19. Culpam o estresse social e econômico. Culpam a incerteza. Escandalosamente, até mesmo, culpam a vítima. Geralmente uma mulher ou, pior ainda, uma menina. Culpam qualquer coisa, tudo, menos o agressor”, disse a vice-chefe da ONU. Ela lembrou que a violência sexual - sob qualquer forma de violência - é “simplesmente violência”.

[***Acesse a matéria completa no site de origem.***](#)

ONU coleta informações para

compreender violência contra mulher

Contribuições podem ser enviadas até o dia 30 de junho

[\(Agência Brasil | 08/06/2020 | Por Letycia Bond\)](#)

A Organização das Nações Unidas (ONU) recebe, até o dia 30 de junho, informações que permitam ampliar a compreensão sobre a violência contra a mulher no contexto da pandemia da covid-19. As contribuições podem ser de organizações da sociedade civil, pesquisadores, instituições de defesa dos direitos humanos, autoridades governamentais, organizações institucionais e demais interessados. O material irá subsidiar análise da relatora da ONU responsável por essa área, Dubravka Šimonović. Em meados de março, a relatora alertou para a tendência de aumento de casos de agressão durante a crise sanitária.

[*Acesse a matéria completa no site de origem.*](#)

ONU Mulheres faz chamada de projetos para organizações de defensoras de direitos humanos em resposta à pandemia Covid-19

[\(ONU Mulheres | 02/06/2020\)](#)

A ONU Mulheres Brasil torna pública, nesta terça-feira (2/6), a abertura

da [Chamada Nº 01/2020 - Chamada da ONU Mulheres Brasil para apoio financeiro a Organizações de Defensoras de Direitos Humanos - Pandemia COVID-19](#). A iniciativa conta com o apoio da União Europeia e se destina a organizações não estatais e sem fins lucrativos para apresentação de projetos com valores entre R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) e duração de pelo menos seis meses até um ano.

Esta chamada para propostas está voltada à implementação do Plano de Contingência diante da pandemia da COVID-19 do projeto “Conectando Mulheres, Defendendo Direitos” implementado pela ONU Mulheres, com o apoio da União Europeia, e tem como prazo final de envio 21 de junho de 2020. O apoio financeiro será destinado exclusivamente a atividades para fortalecimento das capacidades institucionais das organizações, cuja atuação é voltada para mulheres defensoras de direitos humanos, em função dos novos desafios enfrentados com a pandemia da COVID-19.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais contam os desafios da população LBT na pandemia da Covid-19

Em entrevista à ONU Mulheres Brasil, três lideranças do movimento LBT - lésbicas, bissexuais, travestis e trans falam que a pandemia Covid-19 trouxe novas vulnerabilidades. Dizem, ainda, como estão lidando com as especificidades de gênero e a mobilização em favor de direitos e contra discriminações

[**\(ONU Mulheres | 19/05/2020\)**](#)

Desde que a Organização Mundial da Saúde declarou a [pandemia do novo coronavírus Covid-19](#), em 11 de março de 2020, a realidade do mundo inteiro foi transformada. Mulheres, homens, pessoas de todas as idades, escolas, universidades, hospitais, empresas, governos e instituições de várias áreas tiveram de alterar as práticas e rotinas em favor da saúde pública.

No Brasil, por conta da Covid-19 o Congresso Nacional decretou estado de [calamidade pública](#), provocando uma série de medidas para apoiar a população brasileira e responder à emergência de saúde, econômica, financeira e social.

Em entrevista à ONU Mulheres Brasil, três lideranças do movimento LBT - lésbicas, bissexuais, travestis e trans contam como a pandemia Covid-19 trouxe novas vulnerabilidades e como estão lidando com as especificidades de gênero e a mobilização em favor de direitos e contra discriminações. No início de maio, o Supremo Tribunal Federal considerou [inconstitucional a proibição de doação de sangue por homens sexuais e as parcerias sexuais destes nos 12 meses antecedentes](#), decisão amplamente comemorada em meio à pandemia.

[***Acesse a entrevista completa no site de origem.***](#)

“Ações de enfrentamento à pandemia devem considerar condição de vida e saúde de negras e negros”, diz sanitarista

à ONU Mulheres Brasil

Conforme Karine Santana, determinantes sociais vinculados ao racismo vulnerabilizam a “população negra que está majoritariamente nas periferias vivendo em imóveis insalubres, amontoados, com elevado número de pessoas por cômodos, sem saneamento, sem acesso à água, com seus chefes de família trabalhando na informalidade e sem poder prover as suas necessidades”

[\(ONU Mulheres | 19/05/2020\)](#)

Faz mais de 60 dias que a Organização Mundial de Saúde classificou o [novo coronavírus Covid-19 como pandemia](#), em 11 de março de 2020, instaurando alerta internacional em favor da saúde coletiva para responder à possibilidade de colapso dos serviços de saúde por conta do contágio e à alta de letalidade decorrente da doença. Nove dias depois, em 20 de março, o Congresso brasileiro decretou estado de [calamidade pública](#) decorrente da pandemia.

No início de abril, os primeiros dados passaram a revelar o impacto da pandemia entre a população negra. O [Ministério da Saúde](#) revelou, em 10 de abril, que brancos e brancas eram 73,9% entre as pessoas hospitalizadas com Covid-19, mas 64,5% entre as mortas. Negras e negros representavam quase 1 em cada 4 (23,1%) das pessoas hospitalizadas com Covid-19, mas chegavam a 1 em cada 3 entre as pessoas mortas infectadas pelo novo coronavírus (32,8%). No início de maio, [levantamento da Agência Pública](#) apontou que a quantidade de pessoas negras que morrem por Covid-19 no Brasil quintuplicou.

Em entrevista à ONU Mulheres Brasil, a sanitarista Karine Santana avalia a situação da pandemia Covid-19 no Brasil, o racismo na saúde e as comorbidades da população negra. As medidas precisam ser pautadas na equidade. Qualquer medida distante disso está acirrando a existência do racismo estrutural. Docente de Saúde Coletiva, ela é doutoranda em Medicina e Saúde na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça e

Saúde (NEGRAS).

[Acesse a entrevista completa no site de origem.](#)